

Tabela 12 - Legislações dos municípios da região Norte do litoral de Santa Catarina com reflexo na atividade aquícola. As informações referem-se aos atos normativos e suas ementas, classificadas em categorias e com descrição do respectivo assunto normatizado.

Municípios	Categoria	Ato Normativo	Ementa	Assunto
Balneário Barra do Sul	Crédito	Lei nº 908, de 09 de dezembro de 2009.	Cria o Programa Municipal de Desenvolvimento da Cadeia Produtiva da Aquicultura Familiar e Pesca Artesanal, para promover ações de apoio e incentivo à atividade da agricultura, piscicultura, maricultura e pesca artesanal.	Os beneficiários do programa deverão ser aquicultores residentes do Município de Balneário Barra do Sul
	Política	Lei nº 1.092, de 29 de abril de 2013.	Autoriza o Executivo Municipal a criar o Programa de Desenvolvimento da Cadeia Produtiva da Aquicultura Familiar, utilizando recursos para promover ações de apoio à atividade.	Os beneficiários do programa deverão ser produtores proprietários ou arrendatários de estabelecimentos rurais, assentamentos, pescadores artesanais ou indígenas, localizados no município de Balneário Barra do Sul.
			Autoriza o Executivo Municipal a criar o Programa de Desenvolvimento da Cadeia Produtiva da Aquicultura Familiar, utilizando recursos para promover ações de apoio à atividade.	O Programa de Desenvolvimento da Cadeia Produtiva da Aquicultura Familiar deverá promover ações de apoio e incentivo a atividade da piscicultura na fase de implantação (construção de tanques), visando aumentar a produção e agregar renda às famílias rurais mediante a projetos específicos.
	Qualificação	Lei Complementar nº 16, de 08 de fevereiro de 2006.	Institui o Plano Diretor do Município de Balneário Barra do Sul.	O Plano Diretor do Município visa organizar, ajustar e profissionalizar pesca artesanal e a produção da aquicultura.
	Regularização Fundiária	Lei nº 28, de 13 de agosto de 1993.	Institui área de relevante interesse ecológico, sua utilização e admissibilidade.	Fica instituído a concessão do presente área para exploração e pesquisas de criação da espécie "PENAENS PAULENSIS", denominada de Camarão Rosa, na forma racional à Empresa Yakult S/A Indústria e Comércio, estabelecida neste Município, segundo o desenvolvimento do projeto de criação em cativeiro da referida espécie, vem trazendo grande benefício junto a presente área com o repovoamento das lagoas e regiões estuarinas.

(continua)

Tabela 12 (continuação)

Municípios	Categoria	Ato Normativo	Ementa	Assunto
Itapoá	Gestão	Lei nº 450, de 03 de junho de 2013.	Cria o Conselho Municipal de Pesca e Aquicultura (COMPESCA) do Município de Itapoá.	O COMPESCA incentiva a comercialização de pescados; incentiva a aquicultura terrestre e marinha.
São Francisco do Sul	Crédito	Lei nº 872, em 18 de setembro de 1985.	Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a conceder incentivo Fiscal a implantação neste Município de Tanques específicos para a criação de camarões, peixes, crustáceos e moluscos.	Conceder incentivo fiscal para implantação de tanques específicos para a criação de camarões, peixes, crustáceos e moluscos.
	Gestão	Lei nº 1.398, de 05 de julho de 2012.	Cria Conselho Municipal de Desenvolvimento Agropecuário e Pesqueiro (COMDAPE).	O COMDAPE é um órgão consultivo e normativo estabelecer, acompanhar e avaliar a política municipal da agropecuária, pesca e aquicultura e efetivar a participação da comunidade na gestão do desenvolvimento agropecuário, pesqueiro e aquícola municipal.
	Infraestrutura	Decreto nº 1.261, de 09 de março de 2011.	Regulamentada a utilização do Trapiche Municipal " <i>Gentil Emitério dos Santos</i> " do Município de São Francisco do Sul.	O acesso a sua área será de uso público, objetivando precipuamente a utilização pelos maricultores para realizar a carga e descarga do seu produto, pelo prazo máximo de 04 (quatro) horas no final do trapiche, em suas laterais, podendo ser utilizado pelas embarcações de pesca para manutenção pelo prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas.
		Decreto nº 1.262, de 09 de março de 2011.	Regulamenta a utilização da Rampa Pública Municipal do Município de São Francisco do Sul.	O acesso a sua área será de uso público, a utilização pelos pescadores profissionais artesanais e maricultores, permitindo-se puxar embarcações de pescadores e maricultores sempre que se fizer necessário.
		Decreto nº 1.480, de 22 de dezembro de 2011. (altera o Decreto nº 1239, de 31 de janeiro de 2011)	Regulamenta o uso da Casa do Pescador.	Somente será permitida a comercialização de produtos do mar decorrentes da atividade pesqueira e aquicultura artesanal. Só produtos artesanais.

(continua)

Tabela 12 (conclusão)

São Francisco do Sul	Infraestrutura	Decreto nº 2.032, de 01 de abril de 2014.	Dispõe sobre a autorização de uso de bem público.	Fica autorizado, a título precário, o uso gratuito da embarcação de alumínio com 5,8m de comprimento total e 1,60m de largura, inscrição nº 962M2005002046, registrada sob o código de patrimônio nº 27988, motor Yamaha 40 HP registrado sob o código de patrimônio nº 27989 e tanque de combustível registrado sob o código de patrimônio nº 27990, pela Associação dos Maricultores do Capri.
	Política	Lei nº 1.398, de 05 de julho de 2012.	Cría Conselho Municipal de Desenvolvimento Agropecuário e Pesqueiro (COMDAPE).	O COMDAPE tem por objetivo promover a política de desenvolvimento agropecuário, pesqueiro e aquícola, pelo planejamento, execução e avaliação do Plano de Desenvolvimento Agropecuário, Pesqueiro e Aquícola, e pelas atividades agropecuárias, pesqueiras e aquícolas.